



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

**Ata da Terceira Sessão Ordinária do
Primeiro Período Legislativo da Câmara
Municipal de Cabo Frio, realizada no dia
20(vinte) de fevereiro do ano de
2024(dois mil e vinte e quatro).-----**

Às dez horas do dia 20(vinte) de fevereiro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) sob a Presidência do Vereador Miguel Fornaciari Alencar e com a ocupação da Primeira Secretaria pela Vereadora Alexandra dos Santos Codeço, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adeir Novaes, Alexandre Marques Cordeiro, André Luis Lobo Filho, Atila Monteiro de Campos Motta, Caroline Midori da Costa Silva, Davi dos Santos Souza, Douglas Serafim Felizardo, Jean Carlos Corrêa Estevão, Josias Rocha Medeiros, Leonardo Mendes de Abrantes, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Oseias Rodrigues Couto, Rodolfo Aguiar de Faria, Ruy Sergio França de Oliveira e Thiago Vasconcelos Leite Pinheiro. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata do dia 06 e 08/02/2024. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: EM CONFORMIDADE COM O ART.71, ITEM 1 DO REGIMENTO INTERNO: LEITURA E APRECIÇÃO DAS ATAS: 06 E 08/02/2024; **PROJETO DE LEI: 0356/2023 - MAGDALA FURTADO**, DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 3.685, DE 13 DE JUNHO DE 2023, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REVOGAR DOAÇÃO DE IMÓVEIS EFETUADA EM FAVOR DO INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABO FRIO (IBASCAF) E A DOAR OS BENS REVERTIDOS AO MUNICÍPIO DE CABO FRIO COM ENCARGO A ÁREA DE TERRENO QUE MENCIONA AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REPRISTINA A LEI Nº 2.430, DE 4 DE ABRIL DE 2012. (OFÍCIO/GAPRE Nº 335/2023 E MENSAGEM EXECUTIVA Nº 37/2023); **PROJETO DE LEI: 0006/2024 - MAGDALA FURTADO**, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DA LEI Nº 2.880, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS PARA EMPRESAS QUE SE ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO OU NELA AMPLIEM SUAS ATIVIDADES. (OFÍCIO/GAPRE - CM Nº 4/2024 - MENSAGEM EXECUTIVA Nº 3/2024); **PROJETO DE LEI: 0011/2024 - OSEIAS RODRIGUES COUTO**, INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO A "FESTA DA ROÇA" REALIZADA PELAS IGREJAS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0019/2024 - ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO**, DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA DA MAMA PELA REDE MUNICIPAL DE UNIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - NOS CASOS DE MUTILAÇÃO DECORRENTES DE TRATAMENTO DE CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0020/2024 - ANDRÉ LUIZ LOBO FILHO**, DISPONIBILIZA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA AOS PROFESSORES E PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PORTADORES DA SÍNDROME DE BURNOUT; **PROJETO DE LEI: 0021/2024 - ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO**, CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ARTÍSTICA E

CULTURAL CANTA CABO FRIO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO. Terminada a leitura do Expediente o Senhor Presidente franqueou a **Tribuna** aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeira oradora inscrita a **Vereadora Alexandra Codeço**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida discorreu sobre proposição de sua autoria em pauta naquela Sessão, dispondo sobre a disponibilidade de cirurgia plástica para mulheres acometidas pelo câncer de mama, destacando que fora a única mulher reeleita na Casa Legislativa e como mulher não se eximia das causas que beneficiassem as mulheres. Disse que, como a prefeita era também uma mulher, rogava a chefe do Executivo Municipal para que se sensibilizasse com as causas das mulheres. Disse, que tentava acesso à prefeita por algumas vezes, mas, que ainda não obtivera êxito. Em aparte, o Vereador Rodolfo Aguiar parabenizou a vereadora por sua luta nas causas relacionadas às mulheres. Disse que, ele próprio não fora recebido pelo Secretário de Saúde e que inclusive tomara conhecimento de que a prefeita proibira os funcionários de atenderem a ele. Reiterou, que apenas tentava o encaminhamento de uma paciente que já aguardava mais de três meses para internação na Oncosol, assim, como uma outra que também esperava o resultado de um exame muito importante e que poderia salvar sua vida. Retomando ao seu discurso, a vereadora Alexandra Codeço disse que preferia acreditar que algum funcionário estava atuando à revelia da prefeita, pois, ficaria muito triste em saber que a mesma estava agindo daquela forma. Observou, que os vereadores tinham autonomia para fiscalizar qualquer repartição pública e que caso aquele fato ocorresse com ela certamente iriam parar na delegacia, por conta da falta de respeito. Também em aparte, o Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo, questionou à oradora se o Projeto de Lei mencionado pela mesma não seria o mesmo que havia sido vetado no ano de 2022 e também estava em pauta para ser votado naquela Sessão. Disse que, caso o veto fosse derrubado, seria enviado para que a lei fosse sancionada. Retomando ao seu discurso, a Vereadora agradeceu a observação do Vereador Luis Geraldo e disse que era Deus trabalhando, já que o trâmite seria então mais rápido. Disse ainda, que sua intenção era agilizar o atendimento e a conscientização das mulheres com relação aos seus direitos. Em aparte, o Vereador Josias Medeiros disse que, o citado projeto fora vetado pelo Prefeito José Bonifácio e que estava certo de que após a derrubada do veto da prefeita o projeto seria sancionado pela prefeita Magdala Furtado. Disse que, era inadmissível a demora para marcação de exames e para obtenção dos resultados. Retomando ao seu discurso, a Vereadora Alexandra Codeço disse que, caso sua proposição fosse sancionada pela prefeita seria a primeira a cumprimenta-la e agradecer, no que encerrou sua fala. A seguir, fez uso da Tribuna o **Vereador Ruy França**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida disse que, por ocasião das últimas chuvas, bairros como Jardim Però e Tangará foram inundados, assim, entrara com proposição solicitando dragagem das manilhas de esgoto daquelas localidades, para que também a dengue não viesse a assolar os moradores. Em seguida, apresentou vídeo sobre reportagem do Projeto do Governo Federal denominado “Pé de Meia”, dispondo sobre uma poupança que beneficiaria cerca de dois milhões de alunos do Ensino Médio que chegassem até o final do curso. O vereador continuou seu discurso, destacando que aquele projeto seria de grande valia para os alunos da rede pública e que o mesmo tinha como objetivo garantir a assiduidade dos discentes do Ensino Médio. Em aparte, o Vereador Jean Carlos Corrêa Estevão disse que estivera no dia anterior na Escola Elicéia da Silveira e observara a tristeza dos alunos retornando para suas casas e que também recebera denúncias que na Creche Maria Amália as aulas ainda não haviam sido iniciadas. Reiterou que, não houvera sequer mensagem de watsapp comunicando que não haveria aulas nas citadas unidades escolares. Retomando ao seu discurso, o Vereador Ruy França disse que havia 89 escolas na rede públicas e que em três escolas foram apresentados problemas, que na verdade estavam relacionadas a melhorias que estavam sendo implementadas. Disse, que tivera notícia de que até o dia quatro de março tais escolas retornariam com as aulas funcionando a todo vapor. Disse ainda que estava feliz, em virtude de que a Secretária de Educação se fizera presente naquela

Sessão, com o intuito de esclarecer as dúvidas dos vereadores. Também em aparte o Vereador Átila Motta disse que, as escolas da rede pública estavam sendo sucateadas por diversos governos e que naquela legislatura estavam sendo reformadas e em breve seriam devolvidas à população. Em aparte o Vereador André Lobo disse, que não podia deixar de parabenizar a Secretária de Educação Rejane Jorge, que não media esforços para melhora a Educação de Cabo Frio e que também jamais deixara de atender aos vereadores. Em aparte, o Vereador Adeir Novaes disse, que sabia que a secretária de Educação não estava na Casa para responder perguntas dos vereadores, mas, que gostaria de entender o motivo pelo qual havia cerca de mil crianças fora das salas de aula, com isso agendaria reunião com a mesma para saber se a prefeita pretendia alugar algum espaço, visto que não havia tempo hábil para construir mais nada. Disse que, Tamoios crescia o tempo todo e a quantidade de crianças fora da sala de aula era muito preocupante. Em aparte, o Vereador Leonardo Mendes disse que, os alunos que estavam fora da sala de aula já estavam sendo cadastrados e que a Secretária informara que as escolas em reforma estariam prontas até o dia quatro de março. Disse ainda, que das oitenta e nove escolas, apenas três estavam passando por reformas e que em virtude do estado precário que se encontravam necessitaram um pouco mais de tempo. Disse que ele próprio solicitara a reforma da Escola Evaldo Sales e que não podia deixar de agradecer a aquele governo. Elogiou a postura da Secretária de Educação, Rejane Jorge, que estava na Casa disposta a esclarecer as dúvidas dos vereadores e conclamou aos outros secretários que seguissem seu exemplo. Também em aparte, o Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo, disse que entendia que faltara planejamento nas questões relacionadas as escolas em obra, todavia via na secretária de Educação a vontade política de atender a todos independente de posicionamento político, ao contrário do que ocorria na Secretaria de Saúde. Disse, que esperava que os outros secretários tomassem o mesmo posicionamento, e ainda, que o que ocorrera com os vereadores Rodolfo e Jean fora inadmissível, pois, também os que não pertenciam ao partido da prefeita tinham direito a atendimento. Disse que ficava assustado com a situação, que colocava em risco a população menos favorecida e que a Saúde deveria trabalhar em prol de todos os municípios. Em outro aparte, o Vereador Leonardo Mendes disse, que apesar de ser da base governista, não concordava com o fato de os vereadores não serem recebidos. Disse que não pretendia amenizar, mas, que no dia anterior até mesmo os vereadores da base não foram atendidos na Secretaria de Saúde. Disse também, que não aceitaria situações como aquela e que a Saúde estava passando por um processo e que em breve estaria organizada. Em aparte, o Vereador Átila Motta disse, que presenciara quando o Vereador Rodolfo não fora atendimento na citada secretaria, como ele também não fora naquele momento, mas, que retornara a tarde e fora atendido. Disse também, que no momento em que estava sendo atendido pelo Secretário de Saúde, presenciara a ligação do mesmo para o Vereador Rodolfo, se desculpando por não o ter atendido e disse que estaria a disposição para atender todos os vereadores. Em outro aparte, o Vereador Rodolfo Aguiar disse, que o Secretário realmente ligou para ele e afirmou expressamente que apesar da ordem da prefeita para não atender a vereadores que não fossem seus aliados, ele como Secretário não deixaria de atender. Replicando, o Vereador Átila Motta disse que, ele próprio solicitara ao Secretário para atender a todos os vereadores, bem como o Vereador Leonardo Mendes também o fizera. Em outro aparte, a Vereadora Alexandra Codeço disse que seria engraçado se não fosse triste, que o vereador Átila falasse daquela maneira, quando todos sabiam que a prefeita tinha vetado o atendimento de vereadores de oposição e que tinha aliados em todos os segmentos da prefeitura. Retomando ao seu discurso, o Vereador Ruy França agradeceu aos apartes, agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Após fez uso da Tribuna o **Vereador Josias Rocha Medeiros**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida cumprimentou a Secretária de Educação, presente na Assistência. Em seguida, disse que era triste o fato de que um cidadão deveria recorrer a um vereador para ter um direito garantido, como era o caso do acesso a escolas, a saúde e outros. Após aludiu

ao caso da morte de um turista, que foi morto por barraqueiros na Praia do Forte no período do Carnaval, caso que foi amplamente divulgado em todas as mídias. Reiterou, que caso fosse falar sobre todas as reclamações que recebia ficaria discursando por um mês e que uma delas era que o tomógrafo do CEAD não estava funcionando. Assim, entrou com Requerimento para saber o destino dos recursos recebidos na área da Saúde, destacando que todos eram sabedores do descaso para com os usuários daquela área. Prosseguindo disse, que tomara conhecimento de que fora montada estrutura de arquibancadas no período do carnaval na orla da Praia do Forte, em área de proteção ambiental, ressaltando que não podia acreditar que a prefeitura não tinha conhecimento sobre o fato. A seguir disse, que estava em pauta também Requerimento solicitando esclarecimento sobre aplicação de Emenda Impositiva. Em aparte, o Vereador Rodolfo Aguiar disse que também entraria com Requerimento solicitando esclarecimentos sobre tais aplicações, já que a prefeita fizera depósito de uma grande monta na conta da empresa Salineira. Também em aparte, a Vereadora Caroline Midori disse, que estava de acordo com o citado Requerimento já que ela própria soubera de uma senhora acometida de câncer que aguardara atendimento por mais de cinco horas e após fora encaminhada para a UPA para tomar Dipirona. Disse ainda, que sua Emenda Impositiva também não fora encaminhada para o seu devido destino. Retomando ao seu discurso, o Vereador Josias Medeiros disse que, cada vereador deveria tomar as devidas providências com relação as Emendas. Em aparte, o Vereador Adeir Novaes disse que, sabia que o Secretário de Saúde era inoperante e dependia do aval da prefeita para tudo, assim, a Casa não deveria se calar mais. Disse ainda, que até mesmo funcionários que se declarassem apoiando algum vereador estavam sendo demitidos. Disse, que seria dado prosseguimento à CPI da Saúde e que o Secretário poderia sair daquela cadeira de outra maneira. Também em aparte, o Vereador André Lobo disse, que era dever do vereador fiscalizar e que a seu ver a Saúde deveria ser direito de todos. Retomando ao seu discurso, o Vereador Josias disse que a luta da Casa Legislativa era para que chegasse o dia em que o cidadão não tivesse que recorrer a um vereador, para ter direito aos recursos públicos. Em aparte, o Vereador Oséias Rodrigues Couto disse que, a maioria dos vereadores eram de oposição e que ele próprio sabia do esforço da prefeita para conduzir da melhor forma possível a Saúde do município. Disse, que era favorável a terceirização de parte da Saúde e que aquele tema deveria ser discutido na Câmara. Parabenizou ao presidente da Casa pela condução dos trabalhos legislativos. Disse que, antes nem mesmo havia tomógrafo no Segundo Distrito. Retomando ao seu discurso, o Vereador Josias disse que o tomógrafo era muito bom se estivesse funcionando. Após agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir fez uso da Tribuna o **Vereador Davi Souza**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida discorreu sobre ofício que enviara a Secretaria de Educação, destacando que gostaria de obter informações sobre as obras na Escola Evaldo Sales, que poderiam culminar em prejuízos aos alunos da rede escolar. Disse que, pequenos ajustes poderiam ser feitos para beneficiar aos alunos, mesmo tendo que conviver com as obras naquela unidade escolar. Após teceu comentários sobre as desordens ocorridas no período do carnaval, ressaltando que já tomara providências para que houvesse Audiência Pública para discutir o turismo no município. Continuando disse que, com relação ao aeroporto, o município corria o risco de perder a concessão para a União, caso não organizasse os trâmites pertinentes àquela causa. Disse que, o aeroporto era fundamental para o desenvolvimento de Cabo Frio. Em aparte, o Vereador Ruy França disse que, a Audiência Pública deveria tratar também sobre a questão dos “flanelinhas”, e que outros segmentos também deveriam participar, no sentido de dirimir aquele problema. O presidente Miguel Alencar interrompeu o orador, enfatizando que houvera diversas conversas sobre a questão dos flanelinhas, e que era de extrema importância que a prefeita enviasse à Casa Projeto de Lei para tratar sobre aquele tema. Retomando ao seu discurso, o Vereador Davi Souza disse que, se caso fosse necessário criar uma autarquia para gerir o aeroporto, que fosse então criada a instituição. Disse, que era inadmissível que houvesse outro município com pretensão de

gerir o aeroporto e que caso houvesse a Casa estaria atenta para que não obtivesse êxito. Após agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o **Vereador Leonardo Mendes**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida registrou a presença do senhor Bebeto presidente do IBASCAF, destacando que o mesmo lutava para o retorno do prédio que estava para ser doado para o Corpo de Bombeiros para o IBASCAF. Disse ainda, que o ônibus que transportava os pacientes para o município do Rio de Janeiro e que não levavam tais cidadão até o seu destino final, mas, parava em um ponto e os mesmo tinham que se locomover por sua própria conta até as unidades de saúde que teriam atendimento, o que era inadmissível. Após, falou sobre a precariedade dos deques da orla do Bairro da Passagem, enfatizando que os mesmos tinham que ser reformados. Em aparte, o Vereador Ruy França, que com relação aos ônibus que levavam os pacientes os veículos paravam mais afastado em virtude da logística da cidade e não era possível estacionar. Retomando ao seu discurso, o vereador Leonardo Mendes disse que sua Indicação tinha como objetivo um transporte disponível que conduzisse tais pessoas a partir dos ônibus até o seu destino de atendimento. Disse ainda, que com relação ao carnaval houvera espaço Kids, na orla das Palmeira e mais de trinta e seis blocos, com distribuição de pulseiras. Disse que a COMSERCAF e a Guarda Municipal estavam de parabéns, visto que tais instituições avançaram muito em relação aos anos anteriores. Observou, que havia também os pontos negativos, como fora o caso da morte do turista na Praia do Forte, enfatizando que a prefeitura tomara providencias imediatas. Após sugeriu que fosse feito uma Audiência Pública para falar sobre o próximo carnaval. Em aparte, o vereador Miguel Alencar disse, que haveria Audiência Pública no mês de abril para apresentação de balanço do carnaval. Retomando ao seu discurso, o Vereador Leonardo Mendes, disse que as medidas para o próximo ano já deveriam ser discutidas incluindo os cadastramentos de ambulantes. Disse que, com relação as Emendas Impositivas a prefeita teria até o final do ano para a aplicação das Emendas de 2023, mas, que quando as do ano de 2022, não houvera votação na Casa. Em aparte, o Vereador Miguel Alencar disse que a Matéria não fora enviada para a Câmara para votação. Também em aparte, o Vereador Atila Motta disse, que muitos disseram que não haveria carnaval e que seria um fiasco e mesmo assim o carnaval de 2024 fora um dos melhores carnavais. Retomando ao seu discurso, o Vereador Leonardo Mendes disse que havia vetos sobre proposições de sua autoria e que especificaria as mesmas em outro momento. Ao final, defendeu o Secretário de Saúde destacando que o mesmo era muito ocupado e que caso um dos vereadores necessitassem acesso ao mesmo, que tentassem marcar novamente, ou com outra pessoa daquela área. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **Ordem do Dia**. NESTA ETAPA FORAM ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0356/2023, PROJETO DE LEI: 0006, 0011, 0020 E 0021/2024. FOI RETIRADO O PROJETO DE LEI: 0019/20. FOI REJEITADO PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NAS SEGUINTE VETOS: VETO: 0063, 0065, 0066, 0067, 0068, 0069, 0070, 0072, 0073, 0074, 0075, 0077, 0079, 0080, 0082, 0084, 0085, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0092, 0094, 0096, 0098, 0100, 0102, 0103, 0104, 0105, 0107 E 0108/2023. FORAM APROVADOS OS REQUERIMENTOS: 0013 E 0014/2024. FOI APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA: 0015/2024 AO PROJETO DE LEI Nº 008/2024. TENDO EM VISTA A APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, AS COMISSÕES TÉCNICAS EMITIRAM PARECER FAVORÁVEL EM CONJUNTO, QUE FOI APROVADO AO PROJETO DE LEI: 0008/2024 ESTANDO, PORTANTO APROVADO O REFERIDO PROJETO. FORAM APROVADAS AS INDICAÇÕES: 0001, 0006, 0012, 0023, 0026, 0030, 0051, 0060, 0061, 0062, 0063, 0064, 0065, 0066, 0067, 0068, 0070, 0071, 0072, 0073 E 0074/2024. FOI APROVADA A MOÇÃO: 0005/2024. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **Explicação Pessoal**. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o **Vereador Alexandre**

Cordeiro, que inicialmente saudou a todos. Disse que também ele não fora atendido na Secretaria de Saúde, assim, se solidarizava com os Nobres Pares. Disse ainda, que havia casos na Secretaria de Saúde que não eram da alçada da prefeita, como fora o caso de uma família que exigia a transferência de uma paciente de Araruama para Cabo Frio e que a transferência fora impedida pela médica por causa do risco de morte. Disse que a família fora para as redes sociais criticar àquela servidora, mas, que se a paciente, que era uma criança, falecesse dentro da ambulância teria sido muito pior. Disse que todos mandavam na Saúde e que seu mandato não tinha o objetivo de arranjar “jeitinho”. Observou, que em época de eleição tudo era transformado em disputa política. Observou que tivera informação de que a prefeita estivera na cidade do Rio de Janeiro conversando com o vice-governador Thiago Pampolha sobre a retirada do lodo da Praia do Siqueira, mas, que tinha informações de que a mesma ordenara a sua assessoria a não atender ao seu pedido sobre o mesmo tema, que já estava engavetado havia cerca de um ano. Disse, que houvera uma única Audiência Pública realizada no país, que conseguira mudar a data do Defeso e que sua luta era sempre em prol dos pescadores, classe à qual pertencia. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.